

Contador

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- o cartão de respostas;
- a folha oficial de texto com canhoto de identificação.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.
- **no canhoto de identificação:** se os dados impressos estão corretos.

Este caderno contém: 30 questões e Prova de Produção Escrita

Duração da prova: 3 horas

- Incluído o tempo para assinatura, preenchimento e transcrição das respostas no(s) documento(s) oficial(ais) destinado(s) à correção.
- Levar caderno: após 1 hora de prova.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova e no(s) documento(s) oficial(ais) destinado(s) à correção, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Para o desenvolvimento da Prova de Produção Escrita, poderá ser utilizado o rascunho disponibilizado, porém o texto deverá ser transcrito, à tinta, em letra legível, na FOLHA OFICIAL DE TEXTO. Preencha com muita atenção, essa folha NÃO poderá ser substituída.

10. A correção da Prova de Produção Escrita será realizada na FOLHA OFICIAL DE TEXTO, **que não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não o apropriado (Canhoto de Identificação).** A FOLHA OFICIAL DE TEXTO deverá conter o mesmo número de prova constante do CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO, sob pena de nulidade da prova, sendo o candidato responsável pela verificação.

11. Neste momento, preencha os dados constantes no CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO na FOLHA OFICIAL DE TEXTO.

12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o CARTÃO DE RESPOSTAS, devidamente preenchido e assinado, e a FOLHA OFICIAL DE TEXTO.

13. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

14. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

LÍNGUA PORTUGUESA | 7 QUESTÕES

Quem foi Ziraldo?

Ziraldo, cartunista, desenhista, escritor e jornalista criador dos clássicos personagens infantis “O Menino Maluquinho” e “Turma do Pererê”, morreu dia 6 de abril de 2024, aos 91 anos. Ele foi responsável por marcar gerações com suas histórias infantis. Ziraldo nasceu no dia 24 de outubro de 1932, em Caratinga, Minas Gerais. Seu nome vem da combinação da mãe, Zizinha, e do pai, Geraldo.

Quando tinha apenas seis anos de idade, publicou seu primeiro desenho, por meio do jornal Folha de Minas. Seu primeiro trabalho foi no jornal Folha da Manhã (atual Folha de S. Paulo), em 1954, onde publicava uma coluna de humor. Ele também passou pela revista O Cruzeiro em 1957 e pelo Jornal do Brasil, em 1963.

Nos anos 1960, Ziraldo lançou a primeira revista em quadrinhos brasileira colorida de um só autor, intitulada como “Pererê”. A obra foi banida em 1964, quando o regime militar baniu todas as revistas das bancas. Também nessa época, o jornalista foi um dos responsáveis por fundar o jornal O Pasquim, que ia duramente contra o governo da época.

No início de 1970, o autor publicou sua primeira obra infantil, a “Flicts”, que, posteriormente, deu espaço à história “O Menino Maluquinho”, em 1980. A obra fez tanto sucesso que é lembrada até hoje como um marco na literatura brasileira, chegando a ganhar adaptações para a televisão e o cinema. Para televisão, a obra foi adaptada em 2006 pela TV Brasil como uma série chamada “Um Menino muito Maluquinho”. Os livros do Ziraldo foram publicados em mais de 10 países e venderam mais de 4 milhões de cópias.

São Bento em foco. Adaptado.

1) Em relação às informações contidas no texto, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Ziraldo lançou a primeira revista em quadrinhos brasileira colorida de um só autor, “Pererê”, nos anos 1960.
- b) Ziraldo publicava uma coluna de humor na Folha da Manhã.
- c) Ziraldo foi o principal responsável por fundar o jornal O Pasquim.
- d) O Menino Maluquinho foi adaptado para a televisão e o cinema.

2) As palavras sublinhadas no 3º e 4º parágrafo são classificadas, respectivamente, como:

- a) Advérbio | substantivo | conjunção.
- b) Preposição | substantivo | verbo.
- c) Advérbio | adjetivo | verbo.
- d) Preposição | adjetivo | conjunção.

3) Em outros contextos, a palavra sublinhada no 1º parágrafo também pode significar:

- a) Assinalar.
- b) Mitigar.
- c) Defender.
- d) Lembrar.

4) De acordo com as regras de pontuação e o sentido das frases, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Ontem eu comi: batata feijão, arroz e carne.
- b) Olívia é inteligente! Nunca faria isso;
- c) Hoje fui, junto de Maria, comprar pão.
- d) O padeiro, fez quadro fornadas de brioches.

5) Baseando-se nas regras de uso dos porquês, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Vamos analisar o porquê de tantos acidentes nessa rua.
- b) Por que você está tão triste?
- c) Eu não sei por que ele agiu daquela forma.
- d) Você não comeu nada porque?

6) Assinalar a alternativa que apresenta erro de regência nominal.

- a) Ana é bacharel de engenharia.
- b) Pedro estava ansioso por encontrá-lo.
- c) Tenho amor a meus livros.
- d) Ele é imune a tentações.

7) Se a citação abaixo fosse reescrita com a negação das formas verbais sublinhadas, como ficaria a sentença?

Pega a eloquência e torce seu pescoço! (P. Verlaine)

- a) Não pega a eloquência e torce seu pescoço!
- b) Não pegues a eloquência e torças seu pescoço!
- c) Não pegue a eloquência e torça seu pescoço!
- d) Não pegas a eloquência e torces seu pescoço!

CONHECIMENTOS GERAIS | 3 QUESTÕES

Atenção! Para responder às questões de Informática, a menos que seja informado o contrário, considerar os programas em sua versão Português-BR; configuração padrão de instalação, com licença de uso; mouse configurado para destros; um clique ou duplo clique pelo botão esquerdo do mouse; e teclar como pressionar uma tecla uma vez e rapidamente liberá-la.

8) No Microsoft Word 2016, as funcionalidades são agrupadas em guias para facilitar o acesso. Considerando isso, assinalar a alternativa que apresenta duas guias disponíveis nesta ferramenta.

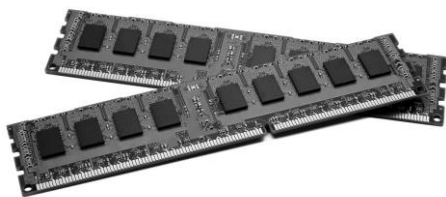
- a) Correspondências e Exibir.
- b) Converter e Proteger.
- c) Transições e Gravar.
- d) Design e Animações.

9) Com base na tabela abaixo, do Excel 2016, qual fórmula pode ser usada para calcular a média de atrasos semanais de João?

	A	B	C	D	E	F
1	Funcionário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
2	João	10	5	0	0	15
3						

- a) =MÉDIA(B3:F3)
- b) =MÉDIA(B2:F2)
- c) =SOMASE(B3:F3,">0")/5
- d) =(B3+C3+D3+E3+F3)/5

10) Qual o componente de computador representado na imagem abaixo?



- a) Processador (CPU).
- b) Placa-mãe.
- c) Disco rígido (HD).
- d) Memória RAM.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 20 QUESTÕES

11) A formalização dos atos administrativos de competência do Prefeito far-se-á, com base na Lei Orgânica do Município, mediante decreto, quando se tratar de:

- a) Execução de obras e serviços municipais.
- b) Criação de comissões e designação de seus membros.
- c) Abertura de sindicâncias, processos administrativos e aplicação de penalidades.
- d) Medidas executórias do Plano Diretor.

12) Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.233/2006 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE.

O retorno à atividade, de servidor em disponibilidade, far-se-á mediante _____ obrigatório(a) em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

- a) reversão
- b) aproveitamento
- c) recondução
- d) reintegração

13) Com base na Lei Municipal nº 1.233/2006 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, são faltas administrativas puníveis com a pena de demissão, EXCETO:

- a) Abandono de cargo.
- b) Improbidade administrativa.
- c) Recusar fé a documentos públicos.
- d) Corrupção ativa ou passiva.

14) Em relação aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Prestação de contas.
- () Relatório resumido da execução orçamentária.
- () Leis de diretrizes orçamentárias.

- a) E - C - E.
- b) E - E - E.
- c) C - C - C.
- d) C - E - C.

15) A Lei nº 8.429/92 — Lei de Improbidade Administrativa garante que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Sobre essa lei, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Não estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- c) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- d) Não estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

16) A Lei de Orçamento Anual poderá, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, receber emendas. A referida Lei prevê, entretanto, emendas que não serão admitidas, as quais estão listadas abaixo, com a EXCEÇÃO de:

- a) Conceder dotação para o início de obra cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- b) Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
- c) Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- d) Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

17) Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos, serão desclassificadas as propostas que:

- I. Obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital.
- II. Contiverem vícios insanáveis.
- III. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens II e III.
- c) Apenas nos itens I e II.
- d) Em todos os itens.

18) A Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- I. Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.
- II. Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- III. Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

19) Em conformidade com a Lei nº 8.137/1990 — Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

- I. Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- II. Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- III. Conceder ou fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em todos os itens.

20) Em relação aos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, baseando-se no Decreto-Lei nº 2.848/1940 — Código Penal, analisar a sentença.

M., funcionária pública, ao apoderar-se do dinheiro arrecadado pelos funcionários da repartição para comprar o bolo de comemoração de aposentadoria de alguns colegas, de modo geral, pratica o crime de peculato (1ª parte). E., funcionária pública, ao empregar verba própria da educação, destinada por lei, na saúde, em princípio, incorre no crime de emprego irregular de verba pública (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

21) A respeito das formas de extinção do ato administrativo, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

_____ é a extinção do ato administrativo perfeito e eficaz, com eficácia ex nunc, praticada pela Administração Pública e fundada em razões de interesse público (conveniência e oportunidade).

_____ é a extinção de um ato ilegal, determinada pela Administração ou pelo Judiciário, com eficácia retroativa — ex tunc.

- a) Cassação | Caducidade
- b) Revogação | Anulação
- c) Caducidade | Contraposição
- d) Anulação | Revogação

22) Em relação a créditos adicionais, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Cobrem déficits financeiros nas contas públicas.
- b) Financiam investimentos de longo prazo.
- c) Atendem a necessidades urgentes e imprevistas não contempladas no orçamento vigente.
- d) Custeiam despesas correntes.

23) Sobre o Sistema de Controle Interno, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) É um conjunto de métodos, normas, princípios e procedimentos, coordenados de forma a propiciar a avaliação da gestão pública quanto aos aspectos orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional, verificando a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade.
- b) Procedimento referente à análise dos documentos que representam as operações ou transações efetuadas pela empresa.
- c) É um plano de trabalho descrito por um conjunto de ações a serem realizadas para atender à sociedade, possibilitando a realização das metas e prioridades estabelecidas.
- d) São processos conduzidos pela administração e outros profissionais da entidade para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que os objetivos sejam alcançados, respeitando-se os princípios constitucionais da administração pública.

24) O patrimônio público é composto por um conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliáveis em moeda que a Fazenda Pública possui e utiliza na consecução dos seus objetivos. O Patrimônio se divide em dois aspectos: qualitativo e quantitativo. Sob o aspecto qualitativo, os bens se dividem em: bens de uso especial, bens dominicais e bens de uso comum. Sobre os bens dominicais, analisar os itens.

- I. Podem ser alienados nos casos e na forma que a lei estabelecer.
- II. Estão sujeitos à contabilização.
- III. Dão e podem produzir renda.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

25) Nas entidades do setor público, a classificação da despesa relacionada à aquisição de material envolve critérios distintos para diferenciar o material permanente do material de consumo. No que diz respeito ao material de consumo, a categorização é baseada em critérios específicos, sendo considerado de consumo caso atenda, pelo menos, a um dos seguintes critérios:

- a) Critério da durabilidade: o material é classificado como de consumo se, em uso normal, perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento no prazo máximo de três anos.
- b) Critério da fragilidade: a materialidade da fragilidade caracteriza-se pela estrutura quebradiça, deformável ou danificável, indicando sua irrecuperabilidade e perda de identidade ou funcionalidade.
- c) Critério da transformabilidade: a categorização do material como de consumo está vinculada à sua capacidade de não apenas servir ao propósito inicial, mas também de se prestar à constituição de novos bens, bem como à incorporação de adições complementares aos bens já em utilização.
- d) Critério da incorporabilidade: o material é considerado de consumo se estiver sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriorar ou perder suas características pelo uso normal.

26) Considerando-se que as características qualitativas destacam quais as informações que são mais úteis aos seus usuários e são separadas em características fundamentais e de melhoria, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Relevância.
- (2) Representação fidedigna.
- (3) Comparabilidade.

- () A informação contábil precisa ser apresentada de forma neutra, completa e isenta de erros.
- () A informação contábil precisa fazer diferença na tomada de decisões por parte de seus usuários.
- () A informação contábil precisa permitir aos seus usuários a identificação e compreensão de similaridades e diferenças entre seus itens.
- () Para ser útil, a informação contábil precisa representar também, de forma confiável, a essência dos fenômenos que pretende representar.

- a) 1 - 2 - 3 - 2.
- b) 3 - 2 - 1 - 1.
- c) 2 - 3 - 2 - 3.
- d) 2 - 1 - 3 - 2.

27) Em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analisar os itens.

- I. Sobre consolidação das demonstrações contábeis, determina que no processo de consolidação de demonstrações contábeis devem ser consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.
- II. Relacionada ao custo no setor público, trata de critérios para geração da informação de custos, como instrumento de governança pública, e aponta para o importante papel do gestor na adoção efetiva de modelos de gerenciamento de custos.
- III. Sobre registro contábil, estabelece critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

28) Em relação ao controle externo, analisar os itens.

- I. O controle externo tem como uma de suas competências a apreciação, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.
- II. O controle externo é exclusivamente exercido pelo Poder Executivo e é destinado apenas à fiscalização contábil das organizações públicas.
- III. O controle externo não abrange a fiscalização das entidades da administração direta e indireta.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Apenas nos itens II e III.

29) A respeito da dívida ativa, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Os lançamentos de cancelamento da dívida ativa devem ser diferentes dos da baixa por abatimento, anistia e remissões.
- () Os lançamentos de cancelamento da dívida ativa são iguais aos da baixa por abatimento, anistia e remissões.
- () A compensação de créditos da dívida ativa com valores devidos pela Fazenda Pública não poderá prejudicar a repartição tributária e demais vinculações das correspondentes receitas orçamentárias.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - E - C.

30) Sobre os termos de auditoria, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Documentos de auditoria.
 - (2) Arquivos de auditoria.
 - (3) Auditor experiente.
- () Uma ou mais pastas ou formas de armazenamento, em forma física ou eletrônica.
 - () Registro dos procedimentos de auditoria.
 - () Indivíduo com experiência de auditoria e conhecimento sobre procedimentos e normas.

- a) 1 - 2 - 3.
- b) 3 - 2 - 1.
- c) 2 - 3 - 1.
- d) 2 - 1 - 3.

PROVA DE PRODUÇÃO ESCRITA - RASCUNHO

ORIENTAÇÕES:

A folha oficial de texto **NÃO** poderá conter rabisco e/ou rasura, tampouco ser identificada, assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não o apropriado (no canhoto de identificação destacável), cabendo ao candidato rigoroso cuidado, sob a pena de nulidade de sua prova. Caso seja necessária assinatura, o candidato deverá utilizar apenas a palavra “Assinatura”.

Não será avaliado texto (qualquer fração de texto) que ultrapassar o limite máximo de linhas. Linhas em branco e/ou preenchidas com menos de 2/3 do seu espaço total não serão contabilizadas como linha completa na contagem do número mínimo de linhas exigido. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova de produção escrita quando: **a)** não abordar o tema e/ou teor técnico proposto; **b)** o texto: for ilegível; escrito em língua estrangeira; não for escrito à caneta; **c)** apresentar número de linhas inferior ao mínimo exigido; **d)** não houver texto na folha oficial de texto; **e)** for mera transcrição de dispositivos legais.

Utilize este espaço para **rascunho** e passe-o a limpo na **FOLHA OFICIAL DE TEXTO**.

Proposta:

A importância da educação continuada para profissionais de serviços públicos no Brasil

O aprimoramento contínuo de profissionais é de suma importância para o serviço público. A educação continuada abre portas para a melhoria constante destes serviços, provendo a atualização necessária ao profissional e um desenvolvimento que virá a oferecer excelência à população. Na norma-padrão da língua portuguesa, **com no mínimo 20 linhas e no máximo 25 linhas**, disserte sobre a importância da educação continuada, considerando a sua área, e sobre os impactos que essa busca incide sobre a oferta de serviços públicos.

(título opcional)

1 _____
2 _____
3 _____
4 _____
5 _____
6 _____
7 _____
8 _____
9 _____
10 _____
11 _____
12 _____
13 _____
14 _____
15 _____
16 _____
17 _____
18 _____
19 _____
20 _____
21 _____
22 _____
23 _____
24 _____
25 _____